

PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2016

(Do Sr. Carlos Henrique Gaguim)

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto Territorial Rural as florestas plantadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências” para isentar do Imposto Territorial Rural as florestas plantadas.

Art. 2º O inciso II do art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea g:

“Art. 10.
.....
II -

.....
g) cobertas por florestas plantadas.” (NR)

Art. 3º A alínea c do inciso II e o inciso IV do art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguintes redações:

“Art. 10.
.....
II -

c) comprovadamente imprestáveis para qualquer exploração agrícola, pecuária, granjeira ou aqüícola, declaradas de interesse ecológico mediante ato do órgão competente, federal ou estadual;

IV - área aproveitável, a que for passível de exploração agrícola, pecuária, granjeira ou aqüícola, excluídas as áreas:

.....” (NR)

Art. 4º Revoga-se a alínea d do § 1º do art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem hoje, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nove milhões e trezentos mil hectares de florestas plantadas. Trata-se de pouco mais de um por cento da área territorial do país. Mais do que isso, entre os anos de 2005 e 2015, na Amazônia Legal, desmatou-se a corte raso uma área superior a todos os plantios florestais. Embora a extração de madeira não seja a única causa do desmatamento, ela é uma das mais importantes, visando a suprir tanto a construção civil quanto a indústria siderúrgica. Entendemos que as medidas de controle sobre a ocupação da Amazônia devem ser acompanhadas de políticas públicas para suprir a demanda madeireira e de carvão vegetal.

Por esse motivo decidimos aproveitar a Lei 9.393/1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR para estabelecer um incentivo econômico ao plantio de florestas, excluindo a área plantada do conceito de área tributável da propriedade, para efeitos de cálculo do valor da terra nua tributável.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado Carlos Henrique Gaguim

2016-4672.docx